

Funai diz que mapa sobre reservas não é definitivo

BRASÍLIA — O Presidente da Funai, Romero Jucá Filho, informou ontem que o mapa divulgado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), apontando a criação de novas reservas indígenas em solo rico em minerais e metais nobres, não é definitivo. Explicou tratar-se apenas de áreas sugeridas por entidades civis ligadas à causa indígena, e não pela Fundação.

— As entidades propõem a demarcação de reservas que totalizariam 85 milhões de hectares, equivalentes a dez por cento do território nacional. Até agora, existem apenas 27 milhões de hectares demarcados — acrescentou Romero Jucá.

Apesar da explicação de Jucá, o Diretor-Geral do DNPM, José Milfort, garantiu que os mapas foram baseados em dados da Funai. E ao observar um mapa oficial da Funai atualizado, no qual estão assinaladas todas as reservas, sua reação foi imediata:

— Os nossos dados estão desatualizados. Estas áreas aumentaram mais do que pensávamos.

Na opinião de Romero Jucá, a

preocupação do DNPM é procedente porque, "de fato, há excessos consideráveis em algumas propostas de áreas a serem demarcadas", mas isso não significa que a Funai vá segui-las rigidamente. Segundo Jucá, todas as áreas ainda não demarcadas podem ter sua extensão reduzida.

— A definição de qualquer reserva é precedida de minucioso estudo antropológico, que inclui análises do ponto de vista da cultura e do espaço necessário à comunidade. A Funai tem muita responsabilidade e o DNPM sabe disso.

O Presidente da Funai disse ainda que a exploração das riquezas minerais em áreas indígenas deixou de ser problema depois que foi assinada junto com o DNPM portaria regulamentando o assunto. Esclareceu que o fato de a Funai demarcar uma reserva onde haja grande quantidade de minério não significa que essas riquezas permanecerão intocáveis.

O Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Brand, classificou de absurda a denúncia de que houve manipulação no pedido de demarcação das reservas indígenas, criadas a partir

de 1981, em áreas onde foi identificada a presença de minerais e metais nobres. Disse ainda que o processo de demarcação é lento e existem áreas de populações indígenas contatadas há 15 anos que ainda não conseguiram delimitar seu território.

— Desconheço casos de transferência de tribos para localizá-las em regiões ricas em minérios. A realidade é que esses povos, como os yanomami de Roraima, sempre residiram na região, apenas o Governo desconhecia sua existência.

Antônio Brand explicou também que os grandes projetos, a exemplo de Carajás, desenvolvidos na década de 80, aceleraram a ocupação dos territórios por populações não-indígenas. Ao mesmo tempo, essa ocupação levou à descoberta de novas comunidades até então ignoradas, e ainda hoje o Governo não sabe quantos índios vivem no País. Segundo afirmou, os dois mapas do DNPM publicados ontem no GLOBO camuflam a realidade, pois não se pode localizar ali os 30 povos que ainda não foram contatados e que a Funai reconhece que vivem na Amazônia.